

Brasília, 14 de outubro de 2016.

Exmo. Senhor

Francisco Dornelles

Governador do Estado do Rio de Janeiro

Exmo. Governador,

Com imensa preocupação o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait recebeu a notícia sobre a possível extinção da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH do Rio de Janeiro. A implementação dos direitos humanos demanda ações intersetoriais que articulam os diferentes poderes públicos e estes com a sociedade civil, considerando a necessidade de maior interação federativa entre o governo estadual e os municípios para garantir a efetividade e o amplo alcance dos direitos humanos. No Rio de Janeiro, a SEASDH tem sido a base dessa articulação, sendo, portanto, a estrutura fundamental para a formulação e a implementação de um Sistema Estadual de Direitos Humanos que serve de inspiração e modelo para outros Estados.

A possível extinção da Secretaria preocupa-nos em virtude dos efeitos desarticuladores para a promoção dos direitos humanos que poderão ocorrer no Estado do Rio. Preocupa, também, pelo efeito multiplicador em outros Estados, pois indica que a centralidade, a relevância e a prioridade dos direitos humanos podem tornar-se relativas conforme os interesses políticos, sobretudo, em contextos de desequilíbrios financeiros, cuja meta é a contenção dos gastos sem considerar os impactos dessas medidas para a população social e economicamente vulnerável.

Citamos, nesse sentido, o ***Programa Ação Integrada - Resgatando a Cidadania*** implementado a partir da SEASDH e apoiado pelo Movimento Ação Integrada, do qual o SINAIT é parte, ao lado de várias instituições que atuam em âmbito nacional no combate ao trabalho escravo. No Rio, o Programa atende trabalhadores e trabalhadoras resgatados e vulneráveis ao trabalho escravo e vítimas do tráfico de pessoas. Pioneiro ao se dedicar a esse público, o Programa promove o seu acolhimento, referenciamento às políticas públicas existentes disponíveis aos migrantes e apoia sua formação educacional, profissional e cidadã. Isso tem inspirado a construção de uma política pública de atenção a esse segmento específico no Rio de Janeiro com chances de implementação em outros Estados com elevada incidência de trabalhadores migrantes submetidos ao trabalho escravo.

Diante do exposto, apresentamos nossas preocupações e manifestamos nosso apoio à manutenção da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, pilar da estratégia para a promoção dos direitos humanos no Estado com repercussão em âmbito nacional.

Respeitosamente,

Carlos Fernando da Silva Filho

Presidente do SINAIT